

As mulheres na *Veja*

Para desenvolver o trabalho analisar-se-á 222 matérias que foram publicadas na revista *Veja* desde 1968 até 2010. São matérias que tem como tema mulheres e política, indo desde mulheres detentoras de cargos públicos (eletivos ou não) até primeiras-damas (ou esposas/companheiras de políticos). O objetivo geral do trabalho é observar como a revista *Veja* representou e representa as mulheres que estão presentes na política brasileira e internacional nas últimas quatro décadas. Os objetivos específicos são identificar e analisar estereótipos de gênero presentes nas matérias da *Veja* com o intuito de observar se há mudança na representação das mulheres ao longo do tempo.

Para tanto pretende-se mobilizar a literatura da Teoria Política Feminista que debata a confrontação da dualidade público e privado – confrontação da ideia de “pertencimento” de mulheres e homens a diferentes esferas sociais. Aliando a literatura que debate estereótipos de gênero, problematizando por que os estereótipos são vistos como impactando as chances das mulheres na política e também buscando compreender como a mídia participa da reprodução dos estereótipos de gênero.

A investigação será sócio-política-histórica. Pretende-se buscar padrões de representação das mulheres na *Veja*, em determinados períodos, tentando sempre relacionar com o momento histórico de cada período. Por exemplo, nas décadas de 70 e 80 apareciam nas matérias os cargos eletivos ocupados pelas mulheres no masculino, como “deputado” ou “primeiro-ministro”. Também nesse período as mulheres políticas noticiadas pela *Veja* era majoritariamente de fora do Brasil, como a Margaret Thatcher e as mulheres da família Kennedy. Numa rápida observação quantitativa sobre o corpus de análise é observável que nas matérias há uma divisão entre as que tratam de mulheres políticas ou mulheres na política (políticas detentoras de cargos) e das que discorrem sobre as primeiras-damas. Essa divisão fica em aproximadamente 70% e 30% respectivamente.

Palavras-chave: Revista *Veja*; gênero e estereótipos.

As mulheres na Veja

Kátia Azambuja¹

1 Introdução

As mulheres ganharam espaço e, atualmente, estão presentes no cotidiano das manchetes jornalísticas, seja na televisão seja na mídia impressa. Mas como elas se fazem presentes? Como é essa representação? Observa-se que a mídia comumente representa as mulheres de forma estereotipada e corporificada – e por que também não dizer de forma universalizada² -, isso fica claro na sub-representação ou na vinculação das mulheres a determinados temas e pautas, ou também na maneira de como é abordada a sua representação. Sendo referidas por sua docilidade e feminilidade – naturalizadamente ligada ao sexo feminino -, quando seguem o padrão socialmente construído de comportamento; ou como duras e inapropriadas quando se destacam de forma não esperada ou ‘não condizente’ com a postura que uma mulher deva ter em público.

Outra forma de como as mulheres normalmente aparecem representadas nos discursos midiáticos dos noticiários políticos, é com fatos de sua vida privada trazidos a público, e muita vezes esse ‘estilo de matéria’ está a serviço de desqualificar ou rebaixar o que essa (s) mulher (es) faz (em) ou representa (m) na esfera pública. Observa-se em outros estudos, que em comparação com homens de vida pública, esse tipo de matéria raramente ocorre³.

Esse artigo faz o debate inicial, teórico e analítico, sobre o material empírico do qual a pesquisa resultará em uma dissertação de mestrado. Para desenvolver a dissertação analisar-se-á 222 matérias publicadas na revista Veja desde setembro de 1968, mês e ano de sua fundação, até novembro de 2010. Todas as matérias selecionadas para análise têm como tema mulheres e política, sendo estas mulheres detentoras de cargos públicos (eletivos ou não), primeiras-damas (ou esposas/companheiras de políticos), candidatas a cargos eletivos, ou mulheres envolvidas com movimentos sociais e/ou fatos políticos relevantes. Os objetivos do

1 Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília – meurerazambuja@gmail.com

2 Universalizada no sentido de que existe “A mulher”, como se todas as mulheres fossem iguais, sem distinguir, por exemplo, orientação sexual, classe social ou etnia.

3 MIGUEL e BIROLI, 2011.

trabalho são discutir como a revista *Veja* vem representando as mulheres nas últimas quatro décadas e identificar se há mudança nessa representação ao longo do tempo e, desta maneira, entender como esse semanário influenciou na construção da imagem da mulher na política no Brasil.

Segundo a página eletrônica na internet da Editora Abril, distribuidora da revista *Veja*, a revista se dispõe a ser “investigativa e esclarecedora que repercute em todo o país, com reportagens que antecipam e explicam as grandes questões do Brasil e do mundo”. (Apud SANTOS, 2012) No entanto, em alguns momentos, a revista *Veja* se assemelha com revistas de moda ou até de “fofocas”⁴ por tratar da aparência e auto apresentação de alguns atores sociais com tom valorativo e pejorativo. Para muitos/as que contestam sua parcialidade, a *Veja* defende interesses de cunho tradicional e “direitista”, reproduzindo e reforçando estereótipos (FERNANDES, 2011).

A revista *Veja* foi escolhida para ter suas matérias como objeto de análise por ser a revista semanal de maior circulação no território Brasileiro e sendo a terceira maior do mundo, depois das estadunidenses *Time* e *Newsweek*, segundo informações do site da Editora Abril. Então, por ter essa enorme circulação ela exerce grande influencia na opinião pública e até já influenciou em pautas políticas nacionais de forma contundente.

O presente artigo é composto por quatro sessões, além da introdução e das considerações finais. A primeira debaterá teoricamente a dicotomia entre as esferas pública e privada; a segunda traz uma breve contextualização da revista *Veja*; a terceira sessão abordará o tema sobre mídia e estereótipos de gênero e, por fim, a quarta sessão trará uma breve análise do material empírico e está dividido em três eixos: corporalidade, ethos feminino⁵ e vida privada.

4 Nada contra revistas de moda ou de “fofocas”, mas não é a esse fim que a *Veja* publicamente se propõe.

5 Feminilidade e “coisas de mulher”.

2 Breve contextualização sobre a Revista Veja

É relevante para a dissertação conter uma breve contextualização sobre a Revista Veja no cenário nacional, visto que ela é o veículo que traz as matérias que são o objeto de estudo desse trabalho e sua história e trajetória fazem parte da análise para ajudar a compreender a forma como ela vem representando as mulheres na política e as mudanças que ocorreram ao longo da história.

A Revista Veja é uma das revistas da Editora Abril, considerada uma das maiores da América Latina, que por sua vez compõem o Grupo Abril, fundado em 1950, e que atualmente também engloba a Abril.com e Abril no Celular; a MTV Brasil; e a Abril Educação, que inclui as Editoras Ática e Scipione, e os Sistemas de Ensino Ser e Anglo. A Abril em 2011 totalizou R\$772,1 milhões de receita líquida⁶. Inspirada na *Time*, revista estadunidense criada por Henry Luce em 1922, a primeira edição de *Veja* chegou às bancas no dia 9 de setembro de 1968, com tiragem de 695.000 exemplares. No entanto, somente na década de 1990 que a revista ultrapassou o número de um milhão de exemplares (Fernandes, 2011).

De acordo com dados colhidos pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC) em dezembro de 2012, a *Veja* tem tiragem anual de 1.198.581 exemplares, sendo 921.248 assinaturas, 141.954 vendidas avulsas, tendo uma circulação líquida de 1.063.201. Tendo um total de leitores em torno de 10.448.135, de acordo com a Projeção Brasil de leitores⁷. De acordo com a EMG – Estudos Marplan, em 2012 os leitores da *Veja* são 71% da classe A e B, sendo 53% deles mulheres, e 44% tem idade entre 25 e 44 anos. Sua circulação se dá

6 Institucional Grupo Abril: A empresa. Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/institucional/perfil.shtml>. Acessado em 28.03.2013.

7 Circulação, disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 28.03.2013.

majoritariamente na região Sudeste, correspondendo a 54% da tiragem⁸. Atualmente seu preço de capa é de R\$9,90.

A Revista Veja tem como missão⁹, segundo Roberto Civita, editor da revista:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

Observa-se, por tanto, que a missão da Veja vai ao encontro da missão da Editora Abril: “A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país¹⁰.” Assim, deixando claro o posicionamento da empresa (Grupo Abril) em relação ao mercado e a política nacional, tendo a *Veja* como principal irradiador de suas posições políticas. Assim, sendo a revista seu interventor, mesmo que não diretamente, na política nacional.

3 Dicotomia entre as esferas pública e privada

Como diz Carole Pateman (1989), a dicotomia entre as esferas pública e privada é central a praticamente dois séculos de produção e luta política feminista, em última instância,

8 Perfil dos leitores, disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 28.03.2013.

9 Abril publicações, marcas, revistas, Veja: disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 28.03.2013.

10 Versão completa da Missão da Editora abril está disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/institucional/sobre-abril.shtml>. Acessado em 28.03.2013.

é o tema do movimento feminista. A teoria política feminista, mesmo com suas nuances, tem o entendimento de que a esfera pública não pode ser discutida isoladamente da esfera privada, porque essas esferas não são separadas e sim sobrepostas e entrelaçadas. As relações que se estabelecem entre as esferas têm impacto sobre a vida das pessoas e as diferenças entre as esferas não são naturais, no entanto foram naturalizadas e tratadas como antagônicas e não intercambiáveis, e são o resultado de uma visão de mundo – o liberalismo.

Na crítica da teoria feminista ao liberalismo em relação à dualidade entre as esferas públicas e privadas existe pelo menos dois eixos de análise: um menos e outro mais acomodado. Um corresponde à defesa da ampliação dos direitos das mulheres, criando uma universalização efetiva que as inclua; e na outra estariam as críticas que rejeitam a dualidade entre o público e o privado da forma como é definida pelo liberalismo (MIGUEL e BIROLI, 2011, p.30). Na primeira, a crítica é feita por causa da igualdade formal e não real que o liberalismo oferece, não problematizando algumas premissas liberais, como por exemplo, a universalização, que seria utilizada como recurso para a efetivação da igualdade real. Na segunda posição, a hierarquia de gênero que está coligada a dicotomia público e privado é estrutural das sociedades contemporâneas e se relaciona diretamente com o caráter patriarcal do liberalismo.

A subordinação e dependência imposta às mulheres não é uma fase ou uma incompletude do liberalismo ou das sociedades contemporâneas, e sim é estruturante dele. “O argumento feminista essencial é de que a doutrina do "separados, mas iguais", e o individualismo ostensivo e igualitarismo da teoria liberal, obscurece a realidade patriarcal de uma estrutura social de desigualdade e da dominação das mulheres pelos homens.” (PATEMAN, 1989, p. 120). A hierarquia entre o público e o privado, está relacionada com o problema da visibilidade das esferas ou das pautas de cada esfera: do que vem a público e do que fica silenciado na domesticidade. A despolitização do privado invisibiliza as desigualdades e as diversas formas de opressão cotidianas que se dão no ambiente privado, alheio a intervenção pública.

Atualmente, boa parte da corrente predominante da teoria política, a liberal, continua utilizando esses conceitos (público e privado) arbitrariamente, não levando em conta, que de acordo com a forma que são trabalhados podem ser problemáticos. Arbitrariedade faz com que tratem esses conceitos de forma ‘neutra’ e ‘universal’. Argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas podem ser

facilmente diferenciadas de questões privadas, de que temos uma base sólida para separar o pessoal do político. Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal (OKIN, 2008, p. 305). Essa separação entre as esferas acaba por gerar hierarquia nos debates acerca dos problemas que são tratados estritamente em cada esfera, e essa hierarquização pode gerar invisibilidade de alguns temas e reforçar a subordinação das mulheres em relação aos homens.

Nesse sentido, como bem disse Susan Okin: “os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN, 2008, p. 308). Essa inadequação e/ou inadaptação da mulher a esfera pública - a política - vem sendo tratada como natural na teoria política desde os teóricos clássicos do liberalismo, que legaram as mulheres à exclusiva responsabilidade do trato com a casa e as crianças.

As feministas afirmam que o liberalismo é estruturado pelo patriarcado, bem como as relações de classe, e que a dicotomia entre o privado e o público obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista (PATEMAN, 1989, p. 120). Um dos principais recortes de crítica das teóricas feministas à teoria liberal é a crítica à neutralidade, a imparcialidade e a universalidade com a qual os liberais tratam alguns temas, em especial debates acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada nas relações pessoais é compartilhado por várias autoras além de Pateman, como Susan Okin, Iris Marions Young, Anne Phillips e Nancy Fraser. Iris Young (1990) faz a crítica a Rawls no sentido de que ele e outros liberais constroem dois paralelos identitários em relação ao “masculino” e ao “feminino”; sendo a racionalidade e a impessoalidade características dos homens; e a afetividade, o predomínio de relações pessoais características das mulheres. Essas identidades construídas pelos liberais aportam debates e argumentos que valorizam a impessoalidade em relação a posições objetivas de pessoas e/ou de grupos. No entanto, esses argumentos estão escondidos atrás de um véu de pretensa neutralidade e igualdade formal de direitos. Assim contribuindo para a manutenção de um *status quo* e da legitimação e normalização do masculino como sendo a característica identitária padrão.

Algumas feministas rejeitam explicitamente concepções liberais do privado e do público e enxergam a estrutura social do liberalismo como o problema político, não como um ponto de partida a partir do qual pode ser reclamado direitos iguais. (PATEMAN, 1989 p. 119).

Como diz Anne Phillips (2011) se remetendo a formulação de outras feministas, não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar com as mulheres apenas na condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes de sexo. “A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico deseja transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuem o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma” (PHILLIPS, 2011). Assim, essa bruma que envolve as especificidades e identidades femininas presentes na sociedade contribui para a dominação da mulher pelo homem, e a não aparição da mulher no debate público, como por exemplo, em políticas públicas de segurança específicas para mulheres ou legalização do aborto.

O resultado dessa dicotomia é bem marcado quando observa-se a participação das mulheres na política institucional e constatamos o baixo *quórum* das mulheres nos espaços de poder e deliberação, assim acentuando a desigualdade entre mulheres e homens na esfera de mando. Pois a vida doméstica e a divisão sexual do trabalho doméstico são nefastos para a participação política das mulheres e acabam por entrar em contradição com o exercício da cidadania. Como diz Phillips (2011), essa questão da divisão sexual do trabalho tem que ser tratada como uma questão política e não somente social, pois o impedimento ou a grande dificuldade das mulheres em participar da política é prejudicial à democracia. Além do mais, nesses espaços existem demandas e ‘traquejos’ aos quais as mulheres não dominam, pois historicamente nunca lhes foi permitido acesso a esses espaços. O debate que as feministas tentam fazer é também no sentido da ampliação da representação política das mulheres, para que os temas pertinentes às mulheres não sejam tratados apenas por homens e sim tenham as perspectivas e experiências das mulheres contempladas no debate.

Ativistas dos movimentos de mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres (YOUNG, 2006). No entanto, a simples entrada de mulheres nos espaços de deliberação não assegura que suas demandas sejam atendidas, porque apesar da existência da desigualdade de gênero, essa é perpassada por desigualdades étnicas, de classe e

religiosas, tornando essa representação complexa. Com efeito, as trajetórias de vida e política de cada representante vão refletir na sua atuação. Ações afirmativas como as cotas, são ferramentas importantes para o exercício da democracia, muitas vezes não exercido por alguns setores por não se sentirem representados, como por exemplo, nos Estados Unidos que uma parcela da população composta por negros e latinos não comparecem às urnas. Se as cotas no Brasil tivessem efetividade¹¹, como em outros países, por exemplo, a Argentina, ampliaria a representação institucional das mulheres, podendo também ampliar a diversidade dessa representação, pois ampliando quantitativamente a representação, tem-se a possibilidade de ampliar as perspectivas e vivências das representantes. Assim abrangendo melhor as intersecções sociais que perpassam as mulheres.

No entanto, quando se tem mulheres ocupando espaços de poder político, como o parlamento, por exemplo, acaba por se reproduzir a dualidade entre o público e o privado, pois as mulheres normalmente são levadas a se dedicar a temas considerados femininos – educação, políticas sociais e meio ambiente. Já os homens tratam das pautas que tem ‘maior importância’ e consequentemente, maior repercussão midiática, como economia e política externa. Os meios de comunicação de massa contribuem para o insulamento temático das mulheres na política, na medida em que tendem a dar mais espaço às intervenções de mulheres sobre temas julgados femininos (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 29). Muitas vezes esse isolamento temático acaba sendo escolha da mulher, por optar na utilização, como recurso estratégico, dos estereótipos e papéis convencionais de gênero e trabalhar com temáticas de menor prestígio e, consequentemente, não ter um lugar de destaque no campo político e na mídia, do que enfrentar a repercussão e o embate por ‘desviar’ do padrão esperado. No entanto, esse isolamento cria uma espécie de gueto feminino dentro da política masculina que acaba por reforçar os papéis tradicionais de gênero e colocando as mulheres

11 As cotas para candidaturas de mulheres a cargos proporcionais estão em vigor no Brasil desde 1996, no entanto, somente nas eleições municipais de 2012 que se obteve o mínimo de 30% das candidaturas inscritas serem pertencentes a mulheres, sendo precisamente 31,9%. Mesmo assim o percentual de eleitas foi de 13,3% e na Câmara dos Deputados, mesmo com a regra de 30%, temos menos de 10% de deputadas federais num universo de 513 deputados. Essa dificuldade em preencher o mínimo de 30% de candidatas mulheres tem origem em vários entraves práticos e simbólicos advindo dos partidos políticos que vão desde a dificuldade de recrutamento até a falta de interesse político das lideranças partidárias, passando pela não punição dos partidos que não preenchem os 30% da reserva para mulheres.

como responsáveis exclusivas por tratar de temas de caráter social ou relacionados à esfera privada (MIGUEL e BIROLI, 2011, p.123).

Aqui, se relacionando com o tema mais amplo da representação da mulher pela mídia, nota-se que os meios de comunicação de massa contribuem para insulamento temático, pois só repercutem ações das mulheres na política quando julgam ser pautas “femininas”, atividades de “responsabilidade das mulheres.” Quando não são, a imprensa trata essa mulher que ‘desviou o padrão’ de forma preconceituosa, como com a utilização da expressão “Dama de Ferro” originalmente dada a Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido e depois, aqui no Brasil, atribuído a Zélia Cardoso de Mello, que foi ministra da Fazenda do governo Collor e a Dilma Russeff quando ministra do governo Lula, antes de ser eleita presidenta da República. Se utilizando de preconceitos ou lançando mão de fatos da vida privada trazendo-os a público, a mídia normalmente tenta deslegitimar mulheres políticas que tenham o comportamento que rompa com as expectativas. Assim, como ao contrário também acontecem, descrições que exaltam os papéis tradicionais de gênero desempenhados pelas mulheres públicas, como por exemplo, a maternidade. O desvio e a normalidade complementam-se, constituindo representações comuns da dualidade do público e do privado, em seus aspectos de gênero (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 173).

A atenção ao modo como essas esferas são representadas permite compreender aspectos relevantes da visibilidade diferenciadas dos atores sociais no noticiário, sobretudo quando a atenção está voltada para as relações de gênero (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 201). A demasiada ênfase que a cobertura jornalística política dada a auto apresentação das mulheres ou a sua vida afetiva e relacionamentos é totalmente desproporcional a essa atenção dada à vida privada de homens públicos. Assim, deslocando para o campo midiático a dicotomia e a desigualdade entre as esferas pública e privada, mas sem que sua hierarquia se desorganize.

4 Mídia, gênero e estereótipos

John B. Thompson, em sua obra *Ideologia e Cultura Moderna*, considera os meios de comunicação um locus privilegiado de disseminação de ideologia, enquanto produtores de formas simbólicas, a audiências dispersas no tempo e no espaço. O autor fala que as formas

simbólicas de dominação têm sua existência demarcada por contextos e processos socialmente estruturados, a localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder”, entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles socialmente ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses (THOMPSON, 2009, p. 79).

Thompson entende que nos estudos sobre ideologia vários tipos de dominação devem ser contemplados, como por exemplo, as desigualdades de gênero, de etnia, estado-nação e classe social. O autor explica que podemos falar de “dominação” quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma forma permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 2009, p. 80). Neste caso, o foco seria na questão da ideologia disseminada pela mídia para a reprodução e manutenção das desigualdades de gênero, que, como conceitua o autor é uma dominação, pois é uma relação sistematicamente assimétrica.

A questão que se levanta aqui é que se a mídia, aliada a outras formas simbólicas de dominação e com questões estruturais da experiência concreta do campo político, pode funcionar como um elemento no processo de masculinização das funções públicas e do fazer político, assim construindo ‘padrões ideais’. Padrões esses normalmente associados à figura masculina de um líder. “Associações mentais sobre líderes não cancelam associações sobre mulheres e homens. O gênero influencia as expectativas sobre os papéis profissionais já que os estereótipos de gênero são acionados automaticamente pela mente, pela mera classificação de uma pessoa em homem e mulher” (MAVIN; BRYANS; CUNNIGHAM, 2010, p. 555 *apud* BIACHI, 2013, p.29). Ou seja, essa relação direta entre liderança e o masculino está internalizada nos indivíduos, não necessariamente de forma acrítica, mas sim vinculada aos papéis tradicionais de gênero naturalizados na sociedade. A formação de opiniões por intermédio dos meios de comunicação, portanto, se dá através de um exercício de liberdade institucionalizada que pode modificar as opiniões que se desenvolvem no decorrer do tempo (FINAMORE e CARVALHO, 2006, p. 348).

Na literatura observam-se comumente diferentes entendimentos acerca de estereótipos, os mais evidentes são: um que trata os estereótipos como simplificações que permitem a

previsibilidade, e outro como representações falsas e/ou distorções da realidade. O entendimento de estereótipos como distorção da realidade pressupõe que existe uma fronteira clara entre estereotipia e realidade, assim os esquemas simplificadores trazidos pelos estereótipos estariam em contradição com a realidade. Sendo assim, entender estereótipos como falseamento da realidade é o mesmo que se ter algo encobrindo, impossibilitando o acesso à realidade, mas que isso que a encobre pode ser retirado e ela está lá (BIROLI, 2011, p.76), pressupondo também a existência de uma realidade objetiva e incontestável.

O entendimento de que os estereótipos são simplificações que permitem a previsibilidade (Newman, 1975, p.207 *apud* BIROLI, 2011, p.76), defende os estereótipos como sendo ferramentas que contribuem para o entendimento de algo que é apresentado como novo a partir de aproximações com referências já conhecidas, como atalhos cognitivos. Assim, os estereótipos estão ligados às experiências dos indivíduos e fazem parte da construção e do entendimento da realidade. Os estereótipos participam da dinâmica social e não podem ser reduzidos a um fenômeno que deturpa modos de ser pré-existentes, pois eles mesmos compõem processos sociais de definição de papéis e reprodução de valores. Estereótipos e realidade alimentam-se um do outro conformando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos (BIROLI, 2011, p.77).

Os estereótipos estão presentes no discurso midiático e contribuem para seu impacto, permanência e reprodução. No caso das mulheres, sua visibilidade na mídia é marcada por conta do seu sexo e reflete, normalmente, a docilidade e a feminilidade. A presença e a visibilidade se relacionam diretamente com a dicotomia entre o público e o privado e a divisão sexual de quem “pertence” a cada esfera. É conspícua também a especial atenção que a mídia concede ao estado civil, a aparência e ao vestuário das mulheres em comparação aos dos homens, em especial aos integrantes do campo político.

O fato de que o corpo, a vida familiar e a vida afetiva das mulheres estejam em pauta, enquanto aspectos bem diferentes da trajetória dos homens ganham relevância, está diretamente ligado às demandas e aos critérios de julgamento diferenciados aos quais mulheres e homens são expostos (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 182). Observa-se no material empírico como em uma mesma matéria, falando de um casal formado por pessoas públicas, se dá ênfase, visibilidade a fatos com origens diferentes para os dois, como por exemplo, profissional sobre ele e familiar sobre ela. Assim, nos meio de comunicação, os estereótipos

são reforçados juntamente com a oposição entre o público e o privado (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 174).

Tem-se aqui uma problemática posta, que é utilização, por parte de mulheres, dos estereótipos como estratégia para o alcance de visibilidade; e a atuação que acaba por reproduzir os papéis tradicionais de gêneros, as hierarquias sociais que implicam na subordinação das mulheres pelos homens. Os estereótipos não são associados às mulheres sempre a partir de condições externas, isto é, podem fazer parte de suas próprias estratégias para alcançar a visibilidade. Mas, principalmente, podem construir suas identidades de maneira bastante complexas (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 184). Aqui, também vale ressaltar o papel da mídia e a relação com os estereótipos, que ela não reproduz os estereótipos, mas atua reforçando-os e/ou confrontando-os com identidades e imaginários, a primeira em relação às próprias mulheres e o segundo em relação aos receptores. Nesse caso, a mídia não estaria apenas construindo e/ou reproduzindo um discurso estereotipado, mas sim estaria contribuindo para a conquista e acúmulo de capital político.

Dentro da literatura feminista têm-se algumas abordagens diferentes sobre a relação entre identidades femininas e padrões estereotipados de gênero. Para citar algumas mais relevante, como: a) a associação positiva entre a feminilidade e os papéis de gênero tradicionalmente dado as mulheres, defendido pelas autoras do pensamento maternal, como Carol Giligan, centrado na maternidade e que tem o entendimento de que as mulheres tem uma “ética diferenciada” da dos homens; b) ou que a autonomia da mulher vem a partir da libertação sexual e do controle reprodutivo, defendido por exemplo, por Elisabeth Badinter; e c) a internalização da dominação, teorizada por Catherine MacKinnon, no qual há a ausência de uma autonomia do corpo pela mulheres, por conta de um contexto onde a perspectiva masculina é hegemônica¹², assim reforçando a condição de dominada da mulher.

Estereótipos e realidade se retroalimentam, conformando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos. O impacto dos estereótipos na configuração das identidades depende de que diferentes indivíduos sejam identificados, relacionados e valorados numa escala comum de valor. A relação entre estereótipos e a realidade, além de ser ‘viciada’ está ligada a exercícios de poder, com variados graus de institucionalização, que impõem ônus e

12 MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 185. Textos de Catherine MacKinnon ainda não foram debatidos no projeto, mas serão na dissertação.

desvantagens materiais e simbólicas a alguns grupos sociais (BIROLI, 2011, p.78). Dessa forma, os estereótipos normalmente relacionados ao modo de agir ou aos corpos dos componentes de determinados grupos, servem para legitimar e naturalizar a sua dominação e opressão. Como traz Iris Marion Young, em seu texto sobre as cinco faces da opressão, todos sabem que a terra gira em torno do sol, que gays são promíscuos, que os índios são alcoólatras e que as mulheres são boas com as crianças. Por outro lado, homens brancos heterossexuais, por escaparem de marcas de grupo, podem ser indivíduos (Young, 1990, p.59).

Em resumo, ficam aqui para um debate e elaboração mais refinados futuramente dois pontos: a questão da utilização dos estereótipos como uma estratégia de visibilidade em contraposição da reprodução dos papéis de gênero hierárquicos legado as mulheres; e se a mídia acaba por cumprir um papel de reprodução da masculinização do fazer político e do atuar na esfera pública como um todo, já que ela tem um papel importante na configuração das representações do mundo social.

5 Breve apresentação sobre o material empírico

Após a organização das 222 matérias observa-se algumas constantes no modo de retratar as mulheres na política, como mostrando aspectos da vida privada das mulheres ou falando de seus corpos. Assim, como nota-se algumas modificações no padrão da escrita, como por exemplo, tornando feminino o sujeito político (detentora de cargo). Até o final da década de 80 observa-se, no decorrer de mais de 20 anos de publicações, apenas 43 matérias falando sobre mulheres na política, sendo destas 26 de outros países e 17 matérias do Brasil. Reflexo da baixa participação das mulheres na política brasileira e/ou a pouca atenção dada a essa participação, levando em conta o contexto político ao qual o Brasil se encontrava nesse período, a Ditadura Militar. Já na década de 90 encontrou-se 97 e nos anos 2000, 83 matérias.

Destas 222 matérias, 142 falam sobre mulheres no Brasil e 80 sobre outros países, tendo os Estados Unidos da América (42), a Argentina (13) e a França (9) como países com maiores frequências. Para ilustrar um pouco mais sobre o material, 197 matérias apresentam claramente protagonistas, destas, 103 são ou foram detentoras de cargos (eletivos ou não); 26 candidatas a cargos políticos; 66 primeiras-damas e as demais familiares de políticos.

Observa-se alguns padrões de escrita das matérias que foram se modificando com o passar dos anos, como por exemplo, na década de 70 e início dos 80, os cargos eletivos eram usados no masculino, como em “(...) ela foi o *terceiro deputado* mais votado de Santa Catarina.” (Veja 02 de 18/09/1968). Se referindo a Dona Lígia, esposa do deputado cassado Lauro Doutel de Andrade. De forma semelhante “(...) a sublegenda 1 da Arena, unida sob as sólidas tradições do pessedismo, ignorou as pretensões de alguns dos seus comandantes mais tradicionais e escolheu uma mulher – Margarida Maria Barbosa de Vasconcelos – para candidata a *prefeito*.” (Veja 210 de 12/09/1972). E também em “Por seu turno, a *primeiro-ministro* Margaret Thatcher (...)” (Veja 592 de 09/01/1980). Em outras matérias sobre Thatcher o cargo também aparece no masculino. Esse padrão no modo de trazer os cargos foi observado até o início da década de 80, depois a revista passou a utilizar em todas as matérias o cargo no feminino.

Em termos quantitativos observa-se a aparição considerável de algumas mulheres na cobertura da Veja, como até o final da década de 80 Margaret Thatcher teve cinco matérias sobre sua vida e carreira política, nesse período, ela foi a mulher que mais apareceu. Já na década de 90 Rosane Collor foi protagonista em 16 matérias e Zélia Cardoso de Mello aparece em oito matérias. Fora do Brasil, as que mais apareceram na Veja foram Cristina Kirchner e Hillary Clinton, em dez e nove matérias, respectivamente.

Os três eixos...

As matérias aparecem, em sua maioria, nas sessões “Gente” (33,8%) e “Brasil” (22,5%) da revista, isso poderia se relacionar com o fato de que 62,6% das matérias falam sobre a aparência e a auto apresentação das protagonistas, no entanto essas referências estão presentes bem claramente em matérias que se relacionam majoritariamente com o campo político e não somente sobre “fofocas” e eventos sociais como é o foco da sessão “Gente”. As referências vão desde “A pequena e atraente loura de quarenta anos (...)” comentário feito sobre Isabel Martinez de Perón (Veja 171 de 15/12/1971) até referências mais detalhistas e refinadas como em “(...) Rosane exibiu as costas num discretamente insinuante decote triangular. Seu vestido verde piscina revelava a compensação pelo regime que vem fazendo desde julho: uma silhueta 6 quilos mais enxuta.” (Veja 1227 de 25/03/1992), sobre Rosane Collor em uma festa oficial.

Matérias contendo essas descrições se remetem diretamente ao corpo, a aparência física das protagonistas, representando as mulheres de forma corporificada. Observa-se também matérias que ressaltam a aparência estética da personagem em questão como em “ela agora está mais magra e com aparência mais jovem” (Veja 581 de 24/10/1979) se referindo então primeira-dama Dona Dulce Figueiredo. Ou em “Barbara Bush, uma senhora que se recusa a pintar o cabelo, emagrecer e esconder as rugas (...)” (Veja 1112 de 10/01/1990) se referindo a então primeira-dama dos estadunidense. Ou em matéria que comenta a aparição de Rosane Collor de biquíni em uma praia de Maceió "Rosane mostra que teve êxito a dieta que fez, meses atrás, para perder alguns quilos a mais adquiridos na campanha eleitoral do marido" (Veja 1168 de 06/02/1991) e outra matéria que comenta o mesmo fato e ‘condena’ sua vestimenta por não ser apropriada para uma primeira-dama: “Numa ocasião, tomou sol de biquíni numa praia de Maceió e foi fotografada pela imprensa. Collor não gostou.” (Veja 1196 de 21/08/1991). Todos exemplos de matérias que trazem o corpo ou a auto apresentação da protagonista como muito relevante.

Essas referências a auto apresentação e aos corpos das protagonistas das matérias perpassa todo o período analisado e é naturalizado pela revista como uma informação relevante que deva constar juntamente com feitos políticos que essas mulheres tenham realizado. Por vezes destacando mais o modo de vestir da protagonista trazendo detalhes da roupa, do que dando importância a sua ação. Como em "Dia de crise, mesmo, foi a segunda-feira da presidente argentina Cristina Kirchner em Brasília, de tailleur azul-royal - de tecido sintético, ainda por cima -, meia preta e a costureira camada pré-sal de maquiagem, tudo sob um calor de 32 graus." (Veja 2078 de 17/09/2008) se referindo a uma visita de Cristina Kirchner a Brasília. No entanto, sobre a aparência de homens públicos raramente se vê referências e quando aparece não é em uma matéria em que o homem seja o protagonista e sim um apêndice à uma matéria que fala de sua esposa, por exemplo, numa matéria sobre quem seria a próxima primeira-dama da Argentina nas eleições de 2003, que quando fala de Cecilia Bolocco fala também de seu marido Carlos Menem. “Menem está com 72 anos e já se submeteu a sete cirurgias plásticas de rejuvenescimento. Nesta campanha, tem cuidado da aparência com tintura para cabelo e aplicações de Botox para disfarçar as rugas.” (Veja 1802 de 14/05/2003).

Observa-se também matérias que falam do Ethos Feminino, da feminilidade das protagonistas ou de ações que são consideradas “coisas de mulher” como em "Mas ao contrário dos homens, elas conseguem tratar-se com sorrisos e delicadezas e, ignorando sutis diferenças de sublegendas, acabam unidas em torno de um projeto que certamente é a mais sensível reivindicação de seu eleitorado: a construção de uma moderna maternidade." (Veja 210 de 13/09/1972) se referindo as políticas da cidade de Uruburetama. Ou em outro exemplo trazendo como positivo para atuação política algumas características “femininas”, "As mulheres que conseguem vencer essas barreiras, portanto, passaram por uma malhação no terreno psicológico: são mais resistentes do ponto de vista mental do que os homens que a cercam e, naturalmente, fica mais difícil fingir que elas não têm tanta competência. Esse é o caso de Zélia (...)" (Veja 1133 de 06/06/1990). A matéria traz como pioneirismo a ministra da economia falar de sua vida privada em público. Outro exemplo, no entanto como característica “feminina” negativa para o exercício do cargo político, "Num teste de capacitação intelectual, a novata perderia feio para a musa-mor do Congresso Rita Camata: Vanessa elege *O Pequeno Príncipe* como seu livro de cabeceira." (Veja 1368 de 30/11/1994) se referindo a Vanessa Felippe, de 22 anos, a então mais nova deputada federal do país eleita pelo PSDB-RJ.

No eixo sobre a vida privada das protagonistas das matérias encontramos, principalmente, referências sobre casamento, vida afetiva e maternidade. Em momentos como “O presidente Fernando Collor fez questão de exibir sua mão esquerda sem aliança para fotógrafos.” (Veja 1196 de 21/08/1991) e ainda na mesma matéria, “No dia seguinte, colocando-se no papel de autoridade querendo fugir da frigideira presidencial, a primeira-dama convocou uma entrevista coletiva na qual agitou sua mão esquerda com a aliança no lugar certo. Para facilitar o trabalho dos fotógrafos, coçou o nariz em duas oportunidades e acertou o penteado em três ocasiões – sempre com a mão esquerda.” Tanto aqui, como em outras matérias do mesmo período a revista traz a público a crise conjugal presidencial, que se deixou ser tratada de forma pública pelas partes, também por questões políticas, como quando Collor queria que Rosane saísse da presidência da LBA (Legião Brasileira de Assistência) por causa das denúncias de irregularidades e Rosane insistia em se manter no cargo. Os trechos acima citados também mostram que a mulher, no caso Rosane Collor, que está preocupada em

manter o casamento, pois também é dependente dele. Já o homem, Fernando Collor, não se importar de tornar público a crise de algo que, aparentemente, não lhe é tão caro.

Outro exemplo de questões relacionadas a vida afetiva ser trazida a público pelos próprios protagonistas da matéria foi em uma declaração de Bernadette Chirac, então primeira-dama francesa, que “Num retrato pouco lisonjeiro do comportamento doméstico do marido, ela foi de uma sinceridade radical: “O presidente não é um especialista em felicidade conjugal”” (Veja 1459 de 28/08/1996). Também temos um dos casos mais emblemático e repercutido pela mídia brasileira no início dos anos 90 que foi o relacionamento entre Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral, na época os dois eram ministros, ela da Economia e ele da Justiça. Essa história chegou a virar um ‘romance’ escrito por Fernando Sabino. Das matérias que versaram sobre o caso e só ver título de algumas e notar o tom folhetinesco com o qual o caso foi tratado: “O Amor e o poder” (Veja 1133 de 06/06/1990) e “Bolero na Esplanada” (Veja 1149 de 26/09/1990).

No quesito de rotina doméstica, uma referencia interessante é da descrição da rotina de Margaret Thatcher “De fato, Margaret é uma excelente dona de casa, para quem os deveres de arrumação e cozinha jamais foram negligenciados em favor da política. Ela deita invariavelmente à 1 da manhã, acorda às 6, faz o café do marido e dos filhos, lê os jornais e sua correspondência, só saindo para os Comuns depois de arrumar a casa, molhar as plantas e fazer a limpeza – pois, como a grande maioria das donas de casa inglesas, não tem empregada.” (Veja 337 de 19/02/1975). Descrição que naturaliza as tarefas domésticas como sendo de única e exclusiva responsabilidade da mulher, da mãe, mesmo ela tendo outras atribuições fora de casa.

Um dos poucos casos em que a revista cita a vida pessoal de um político homem é a do então senador Jarbas Passarinho: “Têm cinco filho, Jarbas, 19 anos, universitário em Brasília; Júlia Maria, Eleonora, Carlos e Angélica – 19, 16, 12 e 10 anos. “Sempre que estou em Brasília me encontro com meus filhos na hora do almoço. Na hora do jantar quase nunca dá. Também não posso dar aulas de matemática aos dois mais novos, como gostaria”, diz passarinho.” (Veja 05 de 09/10/1968). A matéria também comenta sobre a possibilidade de sua esposa ser candidata à senadora pelo estado do Pará. Nota-se também que a matéria destaca o filho Jarbas como sendo estudante universitário, já a filha Júlia Maria, da mesma idade, não tem essa referência.

O interessante nesse eixo que algumas matérias, principalmente do início da década de 90, em especial de pessoas relacionadas ao governo Collor, as próprias matérias debatem a questão do público e privado e até que ponto é ‘invasão’ por parte da imprensa noticiar alguns fatos da vida privada de pessoas públicas, como por exemplo, “Nota-se, no entanto, que a privacidade só existe em casos em que a pessoa pública é a primeira a se esforçar em preservá-la. Zélia esteve longe de defender sua privacidade, na medida em que disse na televisão que estava apaixonada, colocou uma aliança no dedo, deu uma festa em que seu par explícito foi Bernardo Cabral e se recusou a desmentir o namoro quando ele explodiu nos jornais.” (Veja 1152 de 17/10/1990) em matéria assinada por Eduardo Oinegue e Expedito Filho.

A *Veja* utiliza bastante os ‘títulos’ recebidos pelas deputadas federais quando se referencia a elas, como em “Chegou a Brasília como integrante do chamado grupo do “anjos” – que reunia os iniciantes na política – e já nas primeiras semanas era nomeada a “Musa da Constituinte” pela bancada masculina.” (veja 1028 de 18/05/1988) se referindo a Rita Camata, deputada federal (PMDB-ES) de 27 anos. Outro exemplo “Elevada à categoria de musa do impeachment, a filha do ex-presidente José Sarney não mudou, porém, sua postura de histórica descrição.” (Veja 1251 de 09/09/1992) se referindo a deputada federal Roseana Sarney, de 39 anos. Mais um exemplo esdrúxulo “”Eu me sinto muito à vontade com essas roupas”, diz a deputada, que vem sendo chamada de “rainha do Congo” entre seus colegas de Parlamento.” (Veja 1197 de 28/08/1991), matéria sobre as roupas estilo afro que Benedita da Silva tem usado. Alguns anos depois o “título” de Musa seria passado para a deputada federal Manuela D’Ávila, como se observa na nota da sessão “Gente” com o título de “Vai ser musa ou não vai?” (Veja 1994 de 07/02/2007) onde a revista comenta sobre a roupa que Manuela estava vestindo em sua posse e traz uma fala da deputada: “”Essa história de musa não é pra mim”, é o mantra preferido pela jovem deputada cada vez que seus encantos são mencionados.”

6 Considerações finais

Os trechos escolhidos do material empírico são uma pequena amostra para ilustrar como a *Veja* traz, mostra e representa as mulheres que atuam na política. São exemplos para mostrar os padrões e suas modificações e, principalmente, para ilustrar constância dos três eixos de análise: corporalidade, ethos feminino e vida privada.

Na análise do material empírico observa-se, no período de mais de 40 anos, padrões de linguagens que se modificaram ao longo do tempo e constâncias de representações que seguem. Nos trechos de matérias que compõem os três eixos de análise, observa-se que nas quatro décadas aparecem referências às mulheres da mesma forma: corporificada; destaque em relação às vidas privadas e trazendo uma feminilidade universal. Corporificada por, em muitos momentos, dar mais destaque ao corpo e a autoapresentação da protagonista do que ao seu feito que está sendo noticiado. A feminilidade universal por representar o ethos feminino e considerar que todas as mulheres agem dessa forma e se sentem representadas por mulheres que são assim.

A principal modificação observada foi de linguagem, como a escrita do cargo no masculino que passou a ser no feminino, assim dando lugar ao sujeito político feminino, não utilizando o cargo no masculino considerando que ele seja neutro. Pois a forma de representar as mulheres, de trazer questões privadas para o debate público seguiu uma constante no material analisado. Por fim, lembrando que toda análise não é acabada e tampouco imparcial, observamos que a revista *Veja* representa as mulheres de forma corporificada e estereotipada. Trazendo, contrapondo, julgando e impondo padrões estéticos que reforçam a violência simbólica de gênero inerente à sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

BIACHI, Mariangela Monfardini. O Feminino nas eleições de 2010: o discurso da *Veja* e Isto É sobre as mulheres candidatas. Dissertação de mestrado, UnB, Brasília, 2013.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº6. Brasília, julho – dezembro de 2011, pp. 71-98.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, nº 34, janeiro - junho de 2010, pp. 269-299.

FERNANDES, Alessandra C. Lula na Veja, de 2002 a 2006: uma análise de discurso crítica. Curitiba, PR. Tese de doutorado. UFPR, 2011.

FINAMORE, Claudia Maria, CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres Candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, pp. 347-362, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. “Desvelo e interesse na teoria feminista”. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo, Editora Horizontes, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. “Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia”. São Paulo: *Editora Unesp*, 2011.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, nº 2, maio/agosto 2008, pp.305-332.

PATEMAN, Carole. *Feminism Critiques of the Public/Private Dichotomy*. In: *The Disorder of Women. Democracy, Feminism and Political Theory*. Stanford University Press. Stanford, California, 1989.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº6. Brasília, julho-dezembro de 2011, pp. 339-363.

SANTOS, G. P.; RESENDE, Viviane. M. Veja o fim do arco-íris - uma análise do artigo "A geração tolerância" e a construção de identidades homossexuais. *Calidoscópio*, v. 10, n. 2, p. 153-160, 2012.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: Teoria social critica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis- RJ, Editora Vozes, 1995.

YOUNG, Iris Marion. Justice and the politics of difference. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Isis Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. Revista Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

